

TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA ANÁFORAS INDIRETAS E RELAÇÕES LEXICAIS

Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará

Resumo: Neste trabalho, refletimos sobre as relações lexicais que se estabelecem entre as anáforas indiretas e a fonte (ou âncora) a que essas expressões remetem. Adotamos o conceito de anáfora indireta proposto por Schwarz (2000) e ampliado por Marcuschi (2000), em que o fenômeno é visto como uma estratégia de ativação de referentes novos, não-correferenciais, ancorados em fontes fornecidas pelo contexto precedente ou conseqüente. Nosso objetivo é analisar, a partir dos subtipos de anáfora associativa descritos por Kleiber (2001), alguns traços semânticos que autorizam as relações associativas.

Palavras-chave: anáfora indireta; relações associativas; fonte

Abstract: In this work, we consider lexical relations set between indirect anaphors and the source (or anchor) these expressions make reference to. We adopt the concept of indirect anaphor proposed by Schwarz (2000) and extended by Marcuschi (2000), in which the phenomenon is seen as a strategy of activation of non co-referential new referents, which are anchored in sources given by the preceding or subsequent context. We aim at analyzing, starting from the sub-types of associative anaphora described by Kleiber (2001), some semantic features that authorize associative relations.

Keywords: indirect anaphor; associate relations; source.

1. Introdução

O que discrimina as anáforas indiretas das anáforas comuns são basicamente, segundo consenso mantido na literatura, os traços de não-correferencialidade e de introdução de um referente novo apresentado, entretanto, como conhecido dos interlocutores. Dada a insuficiência de critérios e a flexibilidade interpretativa que essa caracterização permite, temos levantado, em estudos anteriores (cf. Cavalcante, 2001 e 2002), os seguintes questionamentos:

a) todo mecanismo anafórico, quer direto, quer indireto, implica sempre a remissão a elementos identificáveis no contexto?

b) as anáforas indiretas se fundam todas em relações lexicais associativas, firmadas em estereótipos culturais?

c) se as anáforas indiretas se estabelecem sempre por ligações léxico-estereotípicas, então se pode sustentar a equivalência terminológica entre *anáforas indiretas* e *anáforas associativas*?

No presente artigo, pretendemos não apenas reencetar as discussões acima, como também analisar o conjunto de critérios estruturais propostos por Kleiber (2001) para a identificação e subclassificação das anáforas associativas.

2. A zona cinzenta

Em Cavalcante (2001), assumimos o ponto de vista de que a condição essencial para que qualquer expressão seja considerada como *anafórica* era a remissão a elementos do contexto, com os quais o anafórico pudesse ou não sustentar uma conexão de correferencialidade.

Este posicionamento nos fez divergir frontalmente da opinião de alguns autores, como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), para quem os anafóricos nem sempre remetem a elementos do cotexto. A informação prévia engatilhadora das anáforas indiretas, por exemplo, poderia também advir de percepções situacionais do comportamento cinético (gestos, direção do olhar, mímica). Assim sendo, reafirmam os autores, se, depois de uma pausa em um concerto de rádio, o locutor inicia sua fala dizendo “este intervalo”, o novo referente é compreendido como implícito na situação de fala, e isso configuraria uma instância de anáfora indireta.

Enunciações muito semelhantes a esta são, por outro lado, classificadas por Lyons (1977) como dêiticas, como se lê na citação abaixo:

...se uma criança se aproxima da jaula de um leão para tocar o que ele acha que é um grande gato amigo, o zelador do zôo pode dizer:

(11) Tenha cuidado, ele pode machucar você.

mesmo sem haver nenhuma referência anterior ao leão. Neste caso, o leão está presente no contexto da enunciação; e, embora a forma ele seja provavelmente não-acentuada, o referente de 'ele' pode bem ser descrito como um dêitico em virtude do acompanhamento paralingüístico quase que inevitável do olhar e do gesto. (Lyons, 1977:668)

A conservar, entretanto, a posição de que elementos como “ele” e como “este intervalo” são anafóricos, não restaria, a nosso ver, nenhuma propriedade que de fato peculiarizasse as anáforas, de modo a separá-las da dêixis, um mecanismo também referencial, mas de natureza intersubjetiva. Não haveria, pois, distinção entre tais “anafóricos” e os chamados dêiticos de “uso gestual” (Fillmore, 1971), aqueles que, segundo descrição de Levinson (1983), só podem ser interpretados com referência a um monitoramento áudio-visual-tátil, e em geral físico, do evento de fala. Note-se que se trata exatamente do engatilhamento caracterizado por Apothéloz e Reichler-Béguelin como originário de “percepções situacionais do comportamento cinético”. Em respeito à diferença que admitimos existir entre os dois fenômenos referenciais – anáfora e dêixis -, trataremos os casos exemplificados pelos autores supracitados como ocorrências de dêixis, e não de anáfora indireta.

Mas as coisas são bem menos simples do que o que esta análise poderia fazer supor. Conforme Lyons (1977) argumenta, é possível falar-se de anáfora mesmo quando a expressão não aponta para o cotexto, sempre que existir um referente potencialmente saliente no universo do discurso:

Por exemplo, eu posso oferecer minhas condolências a um amigo, cuja esposa tenha morrido num acidente de carro, dizendo:

(12) Eu fiquei terrivelmente transtornado quando ouvi a notícia: eu a vi semana passada.

Naturalmente, nessas circunstâncias, não há nenhuma necessidade de especificar a que notícia estou me referindo ou quem é o referente de 'a'. (...) nem tudo do conhecimento intersubjetivo que é explorado na interpretação dos textos deriva do que foi mencionado previamente; e, em última análise, parece não haver razão para negar que a referência de 'ela' em (12) é anafórica. (Lyons, 1977:669).

Usos como este, comentado acima, obrigam-nos a rever a opinião de que todos os anafóricos exigem a presença de elementos do cotexto nos quais possam ancorar-se e instituir-se, no caso dos indiretos, como referentes novos baseados em informações

dadas. Admitimos, agora, com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), que a origem da informação prévia, necessária à interpretação de qualquer anafórico, pode com efeito estar *saliente* – em foco - ou no cotexto, ou no conhecimento compartilhado ou na situação empírica de fala. Acrescentaremos, porém, que, em eventos enunciativos como o exemplo (12) de Lyons, a fonte implícita é muito mais recuperável pelo conhecimento compartilhado do que pelos elementos da situação comunicativa. Ou seja, para que a referência seja reconstruída a contento, não é suficiente que a fonte seja situacional: é imprescindível, para haver anáfora indireta, que a informação presente na memória comum dos interlocutores promova as costuras necessárias à efetivação das inferências. Somente os casos de dêixis gestual se bastam com as fontes situacionais, e esta é precisamente a linha demarcatória entre os dois fenômenos.

Entendemos, pois, que as anáforas indiretas podem remeter a três espécies de *fonte* (ou *âncora*, ou *desencadeador*, ou *engatilhador*): a) uma pontualmente identificável no cotexto, como nos exemplos de associação inclusiva tratados na literatura como “meronímicos, do tipo: “carro – pneu”, “carro – direção”, “árvore – tronco”, dentre outros; b) outra não-pontualmente identificável no cotexto, isto é, implícita, mas saliente na situação comunicativa e recuperável pelos saberes compartilhados dos participantes, como nos exemplos discutidos acima; c) e outra também não-pontualmente identificável, mas engatilhada por elementos vários do cotexto, que ajudam a reconstruir, nos esquemas mentais ativados durante a enunciação, as ligações necessárias à interpretação requerida. Situaríamos nesta última espécie o exemplo (1) a seguir:

(1) “Típico dos climas quentes, o cochilo depois do almoço tem sido encarado como um hábito arcaico, incompatível com o ritmo da vida moderna. Pois um estudo da Universidade Harvard conseguiu reabilitar a sesta, mostrando que ela é um modo excelente para restaurar a capacidade intelectual. (...) ‘O padrão natural do homem seria sempre dormir no começo da tarde, se não fossem as pressões do mundo moderno’, diz Rubens Reimão, neurologista do Hospital das Clínicas, em São Paulo. (...) ‘O estudo de Harvard mostra que esse sono da tarde tem função importante no aprendizado’, explica o neurologista. Agora é só convencer o padrão disso.” (*Veja* – reportagem – 06/2002)

Em ocorrências como (1), poder-se-ia simplesmente alegar que a anáfora indireta “o padrão” é inferida a partir da reconstrução do enquadre mental de trabalho, de cumprimento de horário fixo, de relação de poder entre patrão e empregado etc., etc., que a expressão em grifo faz ativar no cérebro do leitor. Sem dúvida que sim. Mas a introdução referencial pareceria, no mínimo, estranha ou indevida não fossem os indícios contextuais a autorizarem a inferência de que o horário para a sesta é geralmente incompatível com o horário de trabalho, que, por sua vez, remete a “ritmo da vida moderna” e a “pressões do mundo moderno” etc. Nenhuma dessas pistas, contudo, representa uma âncora específica com a qual o anafórico indireta compartilhe propriedades lexicais.

As anáforas indiretas, por esse prisma, talvez pudessem ser reagrupadas em dois grandes tipos. Quando o vínculo entre o anafórico indireto e a fonte for firmado com uma âncora explícita e pontual no cotexto, teremos as anáforas especificamente *associativas*. Quando o vínculo das anáforas indiretas só pudesse ser construído implicitamente, devido à ausência de uma fonte cotextual pontualmente localizável, como em (1), teríamos anáforas não-associativas. A questão que recolocamos, neste trabalho, é se tais anáforas indiretas não-associativas correspondem aos tipos “conceitual” e “inferencialmente baseados”, de Marcuschi (2000).

3. As anáforas associativas

Segundo Kleiber, quatro condições se impõem à identificação das anáforas associativas:

- i. A anáfora associativa consiste na introdução de um referente novo;
- ii. por meio de uma expressão definida;
- iii. por intermédio de uma outra entidade mencionada antes no texto;
- iv. a relação entre a entidade “antecedente” e a entidade nova não é uma associação unicamente discursiva ou contextual, mas levanta um saber a priori ou convencional associado aos lexemas em questão. (Kleiber, 2001:324)

A definição se aplicaria a qualquer tipo de referenciação indireta, incluindo aí os encapsulamentos – os quais consideramos como um caso à parte –, mas há dois pontos que nos parecem tipificar as anáforas associativas propriamente ditas: a exigência de “uma outra entidade mencionada antes no texto” e de “um saber *a priori* ou convencional associado aos lexemas em questão”. É justamente esse contrato lexical, convencionalmente aceito e intuído pelos falantes, entre os lexemas explicitamente mencionados que dá às anáforas associativas a propriedade de serem “semanticamente baseadas”, como propõe Schwarz (2000).

Kleiber distingue quatro classes de anáforas associativas, todas caracterizáveis por vínculos léxico-estereotípicos: *meronímicas*, *actanciais*, *funcionais* e *locativas*, que descreveremos brevemente na seqüência.

3.1 As anáforas associativas *meronímicas*

Como Kleiber (2001:267-8) define, as meronímicas se instanciam quando o referente do anafórico aparece como sendo ontologicamente subordinado à entidade da expressão antecedente, de modo que sua ocorrência só existe como parte das ocorrências desse antecedente.

Assim, o traço definidor das meronímicas reside no estatuto semântico do nome nuclear anafórico, que deve ser semanticamente marcado como sendo uma “parte-de”. Schwarz (2000) oferece uma farta exemplificação para os subtipos canônicos de meronímea, como nas seguintes ocorrências que adaptamos do trabalho da autora:

- (2) Não pegue a xícara amarela. A asa está quebrada.
- (3) O carro está acabado. A direção está totalmente torta.
- (4) Pegue esta panela aqui. O aço agüenta mais.

3.2 As anáforas associativas *locativas*

Kleiber cita como uma ocorrência prototípica das locativas o exemplo clássico de “igreja –vilarejo”, que acentua bem o traço de lugar da entidade-fonte:

- (5) “Entramos num vilarejo. A igreja estava situada no alto.” (Kleiber, 2001:263)

Uma das características distintivas entre as associativas meronímicas e as locativas é que, enquanto aquelas **não** são referencialmente autônomas (ou seja, são *sincategoremáticas* e têm, portanto, subordinação ontológica), estas têm independência referencial, isto é, são *categoremáticas*, porque sua existência não se prende à existência de outra entidade. Aqui, a relação entre a parte e o todo tem uma funcionalidade manifesta por uma restrição de localização espacial ou temporal das partes, como em:

- (6) “Entramos numa cozinha. A geladeira estava aberta.” (Kleiber, 2001:278)

Note-se que, se entre *igreja* e *vilarejo*, e entre *geladeira* e *cozinha*, existe autonomia dos componentes em relação ao todo, o mesmo não se pode dizer da ligação entre *direção* e *carro*, *aço* e *panela*.

3.3 As anáforas associativas *actanciais*

Para que se estabeleça uma associação actancial, é necessário que o referente do anafórico corresponda a um dos argumentos (*actantes*) de um predicado introduzido no cotexto precedente. Sua definitude advém, portanto, do esquema predicativo, e o critério de identificação deste subtipo é de natureza semântico-sintática. No quadro valencial, o predicado implica um conjunto de argumentos, e constitui a âncora que ampara a interpretação da anáfora associativa. Como resume Kleiber (2001:324), “a anáfora associativa actancial vem, em suma, apenas saturar um lugar argumentativo junto do predicado antecedente”. Exemplos do autor:

(7) “- A operação se passou bem. O operado e o cirurgião até mesmo brincaram juntos./ Houve um assassinato. O assassino foi rapidamente preso.” (Kleiber, 2001:324).

Observe-se que os referentes das expressões sublinhadas só se recuperam pela identificação da relação de dependência entre “operação” e “operado/cirurgião”; e entre “assassinato” e “assassino”. O relacionamento não se dá entre duas entidades, mas entre um acontecimento e as entidades implicadas nesse evento. Esta peculiaridade isola as actanciais das outras três, que se instauram a partir de uma associação entre dois indivíduos.

3.4 As anáforas associativas funcionais

Ao contrário das actanciais, que saturam os argumentos exigidos pelo predicado, as anáforas associativas funcionais remetem a uma entidade-fonte. Aparecem tipicamente em associações como “obra – autor”, “clube” – “presidente”, “carro” – “motorista” etc. As características das funcionais sugeridas por Kleiber parecem repousar muito mais em traços negativos, para separá-las dos outros tipos, do que sobre suas propriedades individuais. Segundo a descrição do autor, as meronímicas podem conservar uma noção de distributividade, ao passo que as funcionais não podem. Assim, se uma associação meronímica como “o tronco – as árvores” permite a interpretação distributiva de que há tantos troncos quantas árvores houver, uma associação funcional como “o autor – as obras” não admite essa distributividade. As outras restrições estruturais que, segundo Kleiber, impedem as construções associativas funcionais em francês, parecem-nos inteiramente aceitáveis em português. Uma delas diz respeito à estrutura atributiva com o verbo *ter*, que seria admissível com as meronímicas, como “o carro tem a direção torta”, mas não com as funcionais, como em “? Esse clube tem o presidente doente / ? O carro tem o motorista levemente embriagado / ? esse livro tem autor inglês” (Kleiber, 2001:349).

3.5 As anáforas não-associativas

Cumpre, neste momento, refletir se o que estamos designando como *anáforas indiretas não-associativas* equivale aos tipos “conceitualmente baseados” classificados por Schwarz (2000). Como bem explica Marcuschi (2000:6): “os tipos (II) exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos”. O autor opta por dividi-los em tipos mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e tipos mais ligados a processos inferenciais gerais. Os exemplos abaixo ilustram, respectivamente, cada um deles:

(9) “Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias. Quando amanheceu eles foram ver como estava o barco, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.” (Marcuschi, 2000:1)

- (10) “A: Maria pretende casar no final do ano
B: e o que é que ele faz?” (Marcuschi, 2000:10)

4. Para concluir

A primeira indagação que emerge do que dissemos é se os dois contextos acima não se ajustam à caracterização das anáforas associativas, de vez que, em ambas as instâncias, as âncoras se acham explicitamente mencionadas no cotexto precedente, e a inferência pode advir não necessariamente da relação entre *ilha* e *barco*, em (9), por exemplo, mas entre o predicado *ir* (a uma ilha) e o argumento *barco*; e entre o predicado *casar* e o argumento “ele” (*o noivo*), em (10). Se for esta uma explicação plausível, então será preciso reconhecer que, ao contrário do que alegam os defensores da anáfora associativa *stricto sensu*, o anafórico associativo pode manifestar-se também sob a forma pronominal. Cremos que, em (10), o vínculo lexical se estabelece do mesmo modo, mas dentro de um processo de recategorização lexical implícita, o que, a nosso ver, não invalida a associação.

A segunda indagação, decorrente da primeira, é o que sobraria como anáfora indireta não-associativa e que características a dissociariam das associativas. Neste trabalho, deixamos a sugestão de que a diferença repousa sobre a explicitude de uma âncora pontualmente localizável, mas esta afirmação prematura ainda sofrerá uma investigação mais criteriosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M-J. *Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora*. *Journal of Pragmatics*. 1999, 31. p. 363-97.
- CAVALCANTE, Mônica M. *Expressões indiciais e anáforas indiretas*. /Comunicação apresentada no I Colóquio e IV Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso. Recife: UFPE, 2001/.
- _____. *Dêiticos discursivos - um caso especial de referenciação indireta?* /Comunicação apresentada por ocasião do 50º. Seminário do GEL. São Paulo: USP, 2002/.
- FILLMORE, Charles. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971.
- KLEIBER, G. *L'anaphore associative*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LYONS, John. *Semantics*. London: Cambridge University Press, 1977. 2v.
- MARCUSCHI, L.A. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. /Texto remetido para publicação nos anais do Congresso da CelSul. Curitiba, 2000./
- SCHWARZ, M. *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Niemeyer, 2000.